

Working Paper CEsA CSG 180/2021

OS ANGOLARES DA ILHA DE SÃO TOMÉ: A QUESTÃO DA SUA ORIGEM

Armindo ESPÍRITO SANTO

Resumo

São Tomé e Príncipe é um pequeno arquipélago do golfo da Guiné formado por duas ilhas principais a saber: a ilha de São Tomé, que é a maior das duas, e a ilha do Príncipe. A sua área total é de 997 km² (Cf. BM, BdP) e dista da costa ocidental do continente africano cerca de 300 km. O arquipélago foi colonizado por Portugal entre 1485 e 1974 e tornou-se independente deste em 12 de julho de 1975, após um período de transição de sete meses. O território foi povoado com degredados, pequenos judeus, muitos escravos africanos e alguns voluntários da Europa. O regime de trabalho escravo introduzido desde o início do povoamento foi muito violento para a mão-de-obra africana de tal modo que alguns encontraram nas fugas para as matas próximas das fazendas uma forma para se escaparem dos maus-tratos dos europeus e viver em liberdade e de bens de subsistência e de alguns esquemas para comporem a sua sobrevivência, nomeadamente assaltos e ataques às fazendas para obterem alimentos e mulheres. Esta população que viveu e reproduziu-se no mato durante séculos, diferentemente de uma população originária, que uns julgam ter existido, deu origem aos chamados “angolares” e tem sido tema de debates entre os académicos quanto a sua origem. Este artigo discute isto mesmo e procura clarificar a origem da etnia “angolar” da ilha de São Tomé. O artigo está dividido em três partes: a primeira parte (ponto 2) discute a narrativa do naufrágio, a segunda parte (ponto 3) estabelece uma relação entre Escravos fujões e “negros gentios” e o último ponto explica a origem da designação “angolares” para aquele grupo populacional do sul da ilha de São Tomé.

WORKING PAPER/DOCUMENTO DE TRABALHO

*O CEsA não confirma nem infirma
qualquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

O CEsA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina é um centro de investigação que se tem dedicado ao estudo do desenvolvimento económico, social e cultural dos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, com especial ênfase no estudo dos países de língua oficial portuguesa, China e Ásia-Pacífico. Além disso, promove a investigação noutros tópicos, teóricos e aplicados, dos estudos de desenvolvimento noutras regiões, tentando promover uma abordagem multidisciplinar e uma interligação permanente entre os aspetos teóricos e aplicados da investigação.

O CEsA está atualmente integrado no CSG - Investigação em Ciências Sociais e Gestão, um consórcio de I&D criado em 2013 no ISEG por quatro dos seus centros de investigação - ADVANCE, CEsA, GHES e SOCIUS. Classificado como “Excelente” no âmbito do último processo de Avaliação de Unidades de I&D promovido pela FCT, o CSG conta com mais de 200 investigadores, incluindo professores do ISEG, docentes de outras escolas, investigadores independentes, bolsiros de pós-doutoramento e estudantes de doutoramento. As atividades do CSG fornecem um enquadramento de alto nível para a investigação e o ensino, tanto a nível nacional como internacional.

O CEsA participa ativamente nas atividades de ensino do ISEG, nomeadamente, no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e no Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento / *Development Studies*, fundamentalmente a dois níveis: através do apoio que dá a esses cursos e da leção, pelos seus membros, de várias unidades curriculares, bem como da supervisão de teses e dissertações finais dos alunos. Organiza, igualmente, seminários e conferências ao longo de cada ano letivo, separadamente ou em colaboração com o Mestrado e o Doutoramento.

A internacionalização é também um objetivo importante e que tem sido perseguido através da participação em redes internacionais e programas conjuntos de investigação, bem como na criação de incentivos para ajudar os seus investigadores a aumentar o número de publicações em revistas internacionais de reconhecido mérito.

AUTOR

Armindo do ESPÍRITO SANTO

Investigador do CEsA/ISEG/UL (Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa)

CONTEÚDOS

OS ANGOLARES DA ILHA DE SÃO TOMÉ: A QUESTÃO DA SUA ORIGEM.....	1
INTRODUÇÃO	4
1. A NARRATIVA DO NAUFRÁGIO.....	4
2. ESCRAVOS FUJÕES E “NEGROS GENTIOS”	13
3. A ORIGEM DA DESIGNAÇÃO ANGOLARES	16
CONCLUSÃO	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19

INTRODUÇÃO

São Tomé e Príncipe é um pequeno arquipélago do golfo da Guiné formado por duas ilhas principais a saber: a ilha de São Tomé, que é a maior das duas, e a ilha do Príncipe. A sua área total é de 997 km² (Cf. BM, BdP) e dista da costa ocidental do continente africano cerca de 300 km. O arquipélago foi colonizado por Portugal entre 1485 e 1974 e tornou-se independente deste em 12 de julho de 1975, após um período de transição de sete meses. O território foi povoado com degredados, pequenos judeus, muitos escravos africanos e alguns voluntários da Europa. O regime de trabalho escravo introduzido desde o início do povoamento foi muito violento para a mão-de-obra africana de tal modo que alguns encontraram nas fugas para as matas próximas das fazendas uma forma para se escaparem dos maus-tratos dos europeus e viver em liberdade e de bens de subsistência e de alguns esquemas para comporem a sua sobrevivência, nomeadamente assaltos e ataques às fazendas para obterem alimentos e mulheres. Esta população que viveu e reproduziu-se no mato durante séculos, diferentemente de uma população originária, que uns julgam ter existido, deu origem aos chamados “angolares” e tem sido tema de debates entre os académicos quanto a sua origem. Este artigo discute isto mesmo e procura clarificar a origem da etnia “angolar” da ilha de São Tomé. O artigo está dividido em três partes: a primeira parte (ponto 2) discute a narrativa do naufrágio, a segunda parte (ponto 3) estabelece uma relação entre Escravos fujões e “negros gentios” e o último ponto explica a origem da designação “angolares” para aquele grupo populacional do sul da ilha de São Tomé.

1. A NARRATIVA DO NAUFRÁGIO

Um grupo étnico – racial de grande importância presente na ilha de São Tomé é o chamado grupo dos angolares. A sua origem tem gerado, mais recentemente, muitos

debates entre os estudiosos que se têm empenhado em trazer à luz a história da sua origem”¹.

Entre os que mais se têm dedicado ao seu estudo estão Arlindo Caldeira, Gerhard Seibert, Isabel Castro Henriques e linguistas como Luís Ferraz, Philippe Maurer e Tjerk Hagemeijer e Jorge Rocha. Alguns escritores são-tomenses têm feito referências ao tema tais como Francisco Tenreiro, Nazaré Ceita, Carlos Neves, entre outros.

Uma tradição oral fez circular a ideia de que os angolares são descendentes dos sobreviventes dum navio negreiro que naufragou na parte sul da ilha de São Tomé no século XVI. Esta história foi passando de uns para outros, através de gerações, e assumiu versões diferentes, contadas pelos seus personagens, não havendo, por isso, convergência entre as diferentes opiniões sobre este “mito” da origem dos angolares.

Há uma versão que é atribuída a Lucas Pereira de Araújo e Azevedo que foi o primeiro que pôs por escrito a tradição do naufrágio, possivelmente em data situada entre 1718 e 1720², mas o texto só foi publicado em 1992³. O documento, com o título «Memórias da ilha de São Tomé», depositado na Torre de Tombo, faz referências a um grupo de apenas alguns negros «gentios» que habitavam a parte sul da ilha de São Tomé⁴. Diz este documento de Azevedo⁵ que este grupo de negros utiliza o líber das árvores para confeccionar as suas próprias roupas, uma técnica que diz ser específica dos «negros Angola» e acrescenta que, de acordo com a tradição, estes negros são provenientes de uma embarcação que antigamente naufragara junto à costa daquelas praias (praias de Angra). Lucas de Azevedo não precisa a data nem o local do acidente, mas diz que habitavam naquela parte da zona sul de São Tomé somente alguns negros gentios⁶.

¹ Não temos a menor pretensão de entrar no debate sobre este tema que tem sido, aliás, muito bem cuidado pelos especialistas que mais recentemente se dedicam ao seu estudo, nomeadamente historiadores, linguistas e biogenéticos. Utilizaremos algumas dessas contribuições para abordar o tema sobre as origens dos angolares que muito divide os são-tomenses com o propósito de uma aproximação.

² Azevedo, 1992, p. 166, citado em Caldeira, 2018, p. 125.

³ Caldeira, 2006, p. 66 (nota 64). Isabel Castro Henriques, 2000, p. 57 (nota 46). Caldeira, 1999, p. 235, afirma que o texto de Lucas Pereira de Araújo e Azevedo foi publicado na íntegra por Celso Baptista de Sousa em 1992. Ver, também, Isabel Castro Henriques, 2000, p. 57.

⁴ Memórias da Ilha de São Tomé, fls. 3v.-5v., Torre de Tombo, Manuscritos da Livraria, cod. 108.

⁵ O autor do texto foi ouvidor-geral do arquipélago de São Tomé e Príncipe entre 1712 e 1717 e depois de regressar a Lisboa resolveu escrever as suas memórias sobre São Tomé, em data que Celso de Sousa calcula que seja entre 1718 e 1720, Cf. Caldeira, 1999, p. 235.

⁶ Ver, Caldeira, 1999, p. 236.

Outra versão conhecida é a do cónego nativo Manuel do Rosário Pinto, que reduziu a escrito a mesma narrativa da tradição oral do naufrágio um pouco antes de 1740⁷, mas que se manteve no anonimato durante séculos e só se tornou conhecido após a publicação integral em 1970⁸.

O texto de Rosário Pinto⁹ descreve o naufrágio de um navio vindo de Angola, carregado de escravos, que naufragou junto a uma praia do sudoeste da ilha de São Tomé, salvaram muitos (a maioria) dos ditos escravos e foram construir a sua aldeia em Pico, e com o tempo se multiplicaram e em 1574 tentaram tomar a cidade de assalto mas foram rapidamente repelidos «os negros Angola de Pico»¹⁰. Rosário Pinto regista o lugar para onde foram viver os alegados sobreviventes do naufrágio afirmando que “fizeram a sua aldeia num pico”¹¹.

De acordo com Arlindo Caldeira, a história do naufrágio voltou a ser repetida na documentação da segunda metade do século XVIII e início do século XX, mas sem nada de grande relevância, sem a indicação do lugar exato do naufrágio, o número dos naufragados nem a data do acontecimento¹². Estes elementos adicionais só surgiriam com a entrada em cena de Raimundo José da Cunha Matos, no início do século XIX.

A história do naufrágio mudou por completo e se banalizou a partir dos livros de Cunha Matos que versam sobre este assunto. Num livro que escreveu com o título «Corografia Histórica das Ilhas de São Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó», com a data de 1815, mas publicado posteriormente (a 1ª edição é de 1842 e a 4ª é de 1916), ele identificou a presença dos angolares no sudoeste da ilha, perto da Angra de S. João, no lugar de Santa Cruz dos Angolares¹³ e nos bosques circunvizinhos e concluiu que os

⁷ Caldeira, 2018, p. 125. Henriques, 2000, p. 54.

⁸ Caldeira, 2006, p. 35, informa que foi por ocasião do V Centenário da Descoberta das ilhas de São Tomé e Príncipe, em 1970, que o director da revista Studia propôs ao padre António Ambrósio a publicação integral da versão diplomática do manuscrito de Rosário Pinto, tendo a publicação ocorrido no último número desta revista em 1970. E pode ser consultada em Studia, Lisboa, n.ºs 30-31, Ag.–Dez., 1970, pp. 205–329.

⁹ Manuel do Rosário Pinto era contemporâneo de Lucas Pereira de Araújo e Azevedo, mas não há certezas de que ambos tivessem o conhecimento dos manuscritos um do outro.

¹⁰ Henriques, 2000, p. 54.

¹¹ Caldeira, 2018, p. 125.

¹² Idem., p. 126.

¹³ Cunha Matos, 1963: 135, constata que a vila de Santa Cruz dos Angolares foi edificada por ordem do governador Gabriel António Franco de Castro, no ano de 1800, mas comete um erro ao afirmar que “os povos angolares para lá foram prestar obediência ao Governo contra quem tinham estado em guerra desde

angolares são descendentes dos escravos “que escaparam do naufrágio de um navio que vindo de Angola deu à costa em uma praia do sudoeste da ilha, muito antes do ano de 1574”¹⁴.

Esta descrição de Cunha Matos é semelhante à narrativa de Manuel do Rosário Pinto e tudo leva a crer que mesmo não o citando, Matos simplesmente copiou o seu texto. Ademais, Caldeira diz que Cunha Matos tinha em sua posse uma versão já maltratada do manuscrito de Rosário Pinto, que a recebeu das mãos de um filho (clérigo) do cônego Atanásio Lopes da Cruz, mestre-escola da catedral de São Tomé que, no final do século XVIII, era o titular desse manuscrito¹⁵. Com a sua morte, o texto ficou entregue ao filho que o ofereceu a Cunha Matos. Muito de o que escreveu nos seus dois livros e, sobretudo, no segundo, Cunha Matos baseia-se quase exclusivamente no manuscrito de Rosário Pinto, sem sentido crítico e, na maioria das vezes, sem citar o autor¹⁶.

Com a divulgação da versão de Cunha Matos, a narrativa do naufrágio foi sendo reproduzida por vários autores, mesmo depois de meados do século XX, repetindo uns dos outros como verdade absoluta, até que estudos mais recentes vieram mostrar que eles são descendentes dos primeiros contingentes de escravos negros originários de Angola que, depois de desembarcarem em São Tomé e de se fixarem nas plantações e nos engenhos de açúcar, se refugiaram nas matas, fugindo, por um lado, dos maus-tratos dos colonos, indo em busca da liberdade e, por outro, com menor probabilidade, à procura de alimentos já que era grande a crise de fome.

Muitos fixaram-se nas matas próximas dos lugares onde trabalhavam (fazendas e cidade) e outros escolheram esconderijos mais seguros, junto das montanhas, na parte sul da ilha de São Tomé, para se defenderem das perseguições dos europeus. Estes foram ocupando vários “picos” a sul de São Tomé, entre os quais o pico de São Tomé (o ponto mais alto da ilha e mede 2024 metros de altitude), donde moviam, com frequência, ataques às fazendas para obterem recursos para as suas necessidades de sobrevivência e, de vez em quando, esses ataques ameaçavam a cidade, mas eram sempre repelidos com prontidão pelas autoridades coloniais. Entre os escravos fugitivos, uns (a maioria) eram

o tempo em que naufragaram”, simplesmente porque não há notícias de que os angolares estiveram em guerra contra Governo algum.

¹⁴ Cunha Matos, 1916, p. 49.

¹⁵ Caldeira, 2006, p. 34.

¹⁶ Idem.

cativos de primeira geração de diferentes proveniências étnicas e outros eram já “crioulos”, nascidos nas fazendas¹⁷. Havia ainda escravos em trânsito para serem exportados e alguns deles se escapavam para as matas¹⁸.

As fugas de escravos para as matas foram frequentes na ilha de São Tomé entre o fim do século XV e o século XVIII, e mesmo no século XIX. Houve também ocorrências de fugas de trabalhadores contratados nas primeiras décadas do século XX¹⁹.

Em geral, os escravos vinham do golfo do Benim (finais do século XV e início do século XVI); do golfo da Guiné, do Congo e de Angola (parte restante do século XVI); da costa da Mina (séculos XVII e XVIII) e, finalmente, do Gabão (entre os finais do século XVIII e início do século XIX)²⁰.

Existe um acervo de documentos²¹ que mostra que desde o início da ocupação da ilha de São Tomé, os escravos fugiam, isolada ou organizadamente em pequenos grupos, dos castigos dos europeus para as matas, onde permaneceram durante séculos, vindo os seus descendentes a ser designados por angolares, já no século XIX. Havia abundantes informações e documentos sobre escravos fujões em São Tomé e em outros lugares do mundo onde existiu uma experiência de economia agrícola das grandes plantações baseada na escravatura como desde Cabo Verde até à América do Norte, do Brasil ao Caribe, embora com diferentes graus de sucesso²². Por exemplo, apesar da pequenez da ilha do Príncipe, há registo da fuga de alguns dos duzentos escravos trazidos do Gabão por volta de 1771 que se escaparam ao controlo do seu senhor e se fixaram nos montes do interior da ilha de onde lançavam ataques às fazendas mais próximas²³.

Cunha Matos não se contentou apenas em reproduzir, como sua, a versão de Rosário Pinto, mas juntou-lhe a data em que ocorreu o naufrágio calculado entre 1540 e 1550²⁴. Ele considerou esta data porque teve informação que os filhos dos escravos fugitivos acompanharam os pais no ataque e roubo de 1574 aos engenhos de açúcar²⁵.

¹⁷ Caldeira, 2018, p. 131.

¹⁸ Idem.

¹⁹ O Jornal de São Tomé, N.º 7, p. 77, 4 de janeiro de 1916, reportando-se a fugas de 1914.

²⁰ Caldeira, 2018, p. 129.

²¹ Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, MMA, BRÁSIO, etc.

²² Seibert, 2001.

²³ Caldeira, 1999, p. 88.

²⁴ Cunha Matos, 1916, p. 12.

²⁵ Idem.

Mais tarde, em 1836, redige o «Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África» e nesse livro, Cunha Matos parece ter dúvidas sobre a narrativa que apresentara no livro anterior da descrição que faz do naufrágio admitindo, agora, tratar-se de uma lenda. Afirma ele o seguinte: “Diz-se que então naufragara nas costas do sul da ilha um navio que vinha de Angola carregado de escravos: Estes foram os ascendentes do povo que hoje se dá o nome de angolares»²⁶.

Mas é Lopes de Lima que, subindo nos frágeis ombros de Cunha Matos, vem fixar o ano e o lugar exato em que ocorreu o naufrágio. Afirma que o naufrágio ocorreu no ano de 1544 (trinta anos antes da rebelião que, segundo Cunha Matos, os angolares com os seus filhos protagonizaram em 1574), no lugar das Sete Pedras e, a nado, os escravos conseguiram chegar às praias desertas de Angra de S. João, a salvo, e acolheram-se nas matas vizinhas²⁷.

Cerca de oito décadas após a redação de Cunha Matos, Ernesto de Vasconcellos vem dizer que concorda com a tese de naufrágio e o lugar onde ocorreu, indicado por Cunha Matos, mas corrige-lhe quanto ao meio pelo qual os africanos chegaram à costa, afirmando o seguinte: “Salvando-se os náufragos em pequenas embarcações do navio, aportaram á Angra de S. João, fixando-se na sua vizinhança, donde começaram a inquietar os habitantes, revoltando-se em 1574, causando grandes prejuízos aos engenhos de açúcar; o que deu lugar a que os seus proprietários se passassem para o Brasil, sendo pouco depois seguidos por outros”²⁸. Por conseguinte, Vasconcellos não acredita que o lugar indicado para o naufrágio do navio os naufragados pudessem alguma vez chegar à costa simplesmente a nado, razão pela qual “inventou” que eles utilizaram as “pequenas embarcações” do navio que se afundou para chegarem à terra firme da Angra de S. João, ao sul da ilha de São Tomé.

Mais de um século depois, Galvão e Selvagem corrigem Lopes de Lima afirmando que os “angolares naufragaram cerca de vinte anos antes do ataque de 1574” e fixam o ano de 1554 como aquele em que o naufrágio ocorreu²⁹. Tenreiro aceita a tese do naufrágio, mas rejeita o ano em que o mesmo ocorreu afirmando que não se sabe a data

²⁶ Cunha Matos, 1963, p. 103.

²⁷ Lima, 1844, pp. 8-9.

²⁸ Vasconcellos, 1918, p. 9.

²⁹ Galvão e Selvagem, 1951, p. 207.

exata do dito acidente nem quantos sobreviventes chegaram à terra³⁰. Robert Garfield, que leu «A Ilha de São Tomé», de Francisco Tenreiro, defende a tradição do naufrágio, mas sem citar Galvão e Selvagem, escolheu, igualmente, o ano de 1554 para o naufrágio e o lugar das Sete Pedras, indicado por Lopes de Lima³¹. Muitos investigadores, inexperientes ou com um pendor nacionalista, continuam a aceitar a teoria de naufrágio para explicar a presença dos negros no sul da ilha de São Tomé nos séculos XV a XVIII, apesar das suas contradições como aqui se mostrou.

Para uns, os “angolares” são os descendentes de escravos que se salvaram do naufrágio dum navio junto à costa na parte sul da ilha de São Tomé e que, a nado, chegaram à terra firme tendo ali permanecido durante séculos. Acrescentam que aquele navio era proveniente de Angola. Outros argumentam que os “angolares” são os descendentes dos escravos fujões – escravos que fugiam das plantações para as matas em busca de refúgio e, eventualmente, de alimentos. Os nacionalistas defendem que os “angolares” são os descendentes dos primitivos habitantes da ilha de São Tomé, que se sabe nunca existiram.

Catarina Santos (1996), Arlindo Caldeira (1999, 2006, 2018), Isabel Castro Henriques (2000), Gerhard Seibert (1995, 2004), Ian Vansina e muitos outros estudos recentes de historiadores, linguistas e genéticos rejeitam a tese de naufrágio por falta de fundamentos já que não resultam de trabalhos de investigação, mas de simples opinião. O mesmo se diz da narrativa de população originária antes da presença portuguesa na ilha.

Os estudos recentes dos especialistas tendem a mostrar que os angolares são descendentes dos escravos fugitivos e não de uma população originária de escravos salvos dum naufrágio junto das Sete Pedras como a tradição oral traduzida a escrito o noticiou e que durante muito tempo foi repetido por vários estudiosos uns dos outros sem averiguarem que se tratava duma lenda.

O linguista Luís Ferraz, que visitou a ilha de São Tomé em 1969, foi provavelmente o primeiro estudioso a considerar que os angolares são descendentes de

³⁰ Tenreiro, 1961, p. 72.

³¹ Garfield, 1992, p. 76.

escravos fugitivos³². Outros linguistas, como Philippe Maurer³³ e Gerardo Lorenzino³⁴, confirmam esta tese, bem como Tjerk Hagemeyer e Jorge Rocha, entre outros.

Quanto à tese da existência da população originária em São Tomé antes da colonização, ela foi referida pela primeira vez por Gilberto Freyre, após a sua visita à ilha em dezembro de 1951. Sem qualquer exercício de investigação nem outro fundamento, Freyre escreveu o seguinte: “São ilhas mais velhas em sua condição de lusitanas do que essas outras ilhas que sociologicamente formam o Brasil. Foram descobertas em 1470. Tinham já sua população negra sobre a qual começaram a agir, desde o século XV, os missionários portugueses”³⁵.

Na mesma linha de Freyre, Carlos Neves, um intelectual são-tomense, afirma o seguinte: “Sou de opinião que os angolares, constituíam uma tribo piscatória do litoral Africano, que em época para nós desconhecida se transferiu para os terrenos ao Sul da Ilha de São Tomé³⁶”. Num livro que publicou em 2004, em coautoria com Nazaré de Ceita, o mesmo autor refere-se ao naufrágio no sul da ilha São Tomé cerca de 1554³⁷, como ponto de partida para a formação de angolares, mas não acrescenta nenhum detalhe.

Muitos outros são-tomenses, mais ou menos imbuídos de ideologia nacionalista, ou desconhecedores da literatura recente³⁸, aceitam a versão “nacionalista” ou a tese do “naufrágio” mesmo sem qualquer prova de sustentação.

Nos territórios insulares, e sobretudo nestes, o polo de atração das populações originárias é o litoral plano e as proximidades dos ribeiros e não os bosques e esconderijos. Nestes lugares, só se fixam, em geral, os que fogem dos outros grupos populacionais como o fizeram os chamados «angolares» quando conviviam com os europeus em comunidade.

De o que dizem os especialistas, houve desde o início a fuga de escravos para as matas e uma vez ali fixados formavam pequenos grupos, com os seus descendentes, e se comunicavam entre si delineando estratégias de sobrevivência que passavam pela obtenção de géneros para a sua subsistência e pelos ataques aos engenhos de açúcar à

³² Ferraz, 1974, pp. 177-86, citado em Caldeira, 1999.

³³ Maurer, 1992, p. 163, citado em Seibert, 2004.

³⁴ Lorenzino, 1998, p. 69, citado em Seibert, 2004.

³⁵ Freyre, 1953, p. 311. Ver, também, Seibert, 2004.

³⁶ Neves, 1977, in *Revolução*, n.º 30, 21 de janeiro de 1977, p. 11, 14-15.

³⁷ Neves e Ceita, 2004, p. 9.

³⁸ Cf. Nascimento, 2019.

cidade³⁹. Para os nacionalistas, os ataques eram uma forma de pressão para a retirada dos europeus do território, enquanto para a generalidade dos autores era uma forma de luta pela sobrevivência através da qual obtinham bens e mulheres para as suas necessidades⁴⁰.

Os grupos viviam de bens de subsistência (inhame, matabala, milho, banana, etc.) que cultivavam nos seus «quilombos», da pesca e da caça⁴¹, mas precisavam de outros artigos e mulheres para comporem a sua sobrevivência e era natural que sentissem incomodados com a presença dos europeus que antes os açoitavam nas plantações e nos engenhos de açúcar.

Foi na parte sul que se concentrou o grosso desses escravos fujões, formando, nos lugares de mais difícil acesso, seus «mocambos» ou «quilombos», como mais tarde ficaram conhecidos, protegidos pela exuberância da floresta das investidas das forças europeias e por se terem fixados nesses esconderijos, ficaram conhecidos por negros de «quilombos», negros fujões ou negros gentios⁴², esta última designação referia-se aos que eram nascidos nas matas e, por isso, não cristianizados⁴³.

Os ditos escravos fugitivos moviam, de vez em quando, ataques violentos contra os interesses dos proprietários que ficavam sob pressão e deveras assustados⁴⁴. Nas fazendas, as revoltas dos escravos eram, igualmente, muito violentas devido às difíceis condições de vida que lhes eram impostas pelos fazendeiros e certamente não resultavam das ações diretas desses escravos fugitivos dos «quilombos», embora pudessem ser encaradas como um fator de inspiração. Em dois momentos, pelo menos, houve a tentativa de tomar a cidade de assalto (em 1574 e 1595), tendo havido nuns casos e noutros morte de fazendeiros e destruição de propriedades⁴⁵, mas uma grande parte desses revoltosos africanos foi dominada e prontamente justificada pela força da ordem do regime colonial.

Aos ataques dos escravos fujões, a partir de 1530, os colonos respondiam com contra-ataques, ou mesmo ataques sistemáticos, que ficaram conhecidos por «guerra do mato» também designada por “guerra dos negros alevantados” e “guerra da serra” que se

³⁹ Caldeira, 2018 ou 1999; Pinheiro, 2005; Henriques, 2000.

⁴⁰ Ver, Henriques, 2000.

⁴¹ Ver, Caldeira, 1999, p. 236.

⁴² Ver Caldeira, 2018 ou Henriques, 2000.

⁴³ Caldeira, 2018.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Pinheiro, 2005, p. 278. Caldeira, 1999.

prolongou cerca de três séculos⁴⁶. E nessa tal «guerra», os escravos fugitivos, mais numerosos e sob a proteção da natureza, levavam vantagem sobre os fazendeiros e sobre as milícias, que não dispunham de meios suficientes nem adequados para levarem a cabo uma perseguição bem-sucedida⁴⁷. Por outro lado, para além de reduzido número de elementos que compunham essas milícias, elas estavam mal preparadas e desorganizadas, o que tornava mais difícil o controlo da situação⁴⁸.

2. ESCRAVOS FUJÕES E “NEGROS GENTIOS”

Os escravos fujões ou fugitivos eram diferentes dos “negros gentios”, “negros Angola” ou negros dos “picos”⁴⁹. Os primeiros eram os escravos primitivos que depois de chegarem à ilha de São Tomé e de nela se fixarem, alguns escapavam-se para as matas próximas do local onde trabalhavam, não muito longe da cidade, fugindo sobretudo da dureza do trabalho, alguns eram já “crioulos”, nascidos nas fazendas e havia também escapadelas de alguns escravos em trânsito para serem exportados⁵⁰.

Os escravos fujões ou fugitivos eram já cristianizados e batizados⁵¹. Os seus filhos, e as sucessivas gerações, nascidos todos fora do enquadramento institucional, não eram cristianizados nem batizados e, por isso, eram chamados “gentios” e fixaram-se nos lugares mais recônditos da parte sul da ilha de São Tomé, muitos escolheram os “picos” para se protegerem dos ataques das milícias do governo colonial, formaram vários quilombos próximos ou distantes⁵². Eles são descendentes dos primeiros escravos fugitivos e promoveram certamente a sua aculturação de forma independente dos progenitores originários⁵³. São estes que começaram a aparecer mencionados na documentação do século XVIII como angolares e que no início do século XIX foram identificados, oficialmente, como angolares⁵⁴.

⁴⁶ Caldeira, 2018, p. 129.

⁴⁷ Pinheiro, 2005, pp. 276-77.

⁴⁸ Idem., 2012, p. 42.

⁴⁹ Ver Henrique, 2000 ou Caldeira, 1999, 2018.

⁵⁰ Caldeira, 2018.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Caldeira, 2018.

Nos textos sobre a narrativa do naufrágio (Lucas de Azevedo, Rosário Pinto e Cunha Matos), é atribuído a esses «angolares», os ataques organizados com frequência aos engenhos de açúcar, às plantações e, também, à cidade, para obterem géneros e mulheres para a sua sobrevivência e só raramente ameaçavam a cidade. Mas o que se sabe é que existiam ataques frequentes de africanos fugitivos no século XVI, a maioria dos quais eram escravos organizados em pequenos grupos, estabelecidos em aldeias, mocambo ou quilombos, espalhados nos lugares mais recônditos, protegidos pela densa vegetação do sul da ilha, contra os interesses dos europeus e mulatos proprietários⁵⁵. O mais significativo desses ataques foi conduzido por um escravo cativo «fugido de engenhos⁵⁶» de nome Amador, em 1595, que se sabe não era “angolar”. Dele falaremos no capítulo seguinte.

Lucas Pereira de Araújo e Azevedo afirma no seu texto que só antigamente esses negros “gentios” atacavam as fazendas que assaltavam levando víveres e mulheres para as suas necessidades mais prementes e que hoje (início do século XVIII) já não praticavam mal nenhum⁵⁷.

Por conseguinte, tudo parece indicar que alguns grupos de africanos fujões, originários de Angola, se fixaram a uma certa distância dos europeus, enquanto os seus descendentes se dispersaram e conseguiram preservar a sua autonomia e valores culturais até o dealbar do século XIX⁵⁸ e não é justo atribuir a estes últimos a resistência aos portugueses desde o século XVI, mas sim aos escravos fugitivos⁵⁹.

De acordo com Caldeira, a designação de «angolas», como se começou a referir no início, respeitava apenas aos escravos provenientes de Angola ou do Congo, transferiu-se, exclusivamente, para todos os negros acantonados nas matas somente no século XVII, quando, praticamente, já não vinham mais escravos daquela origem⁶⁰, passando a vir do golfo da Guiné os ditos «escravos minas⁶¹» nos anos Seiscentos, importados pelos

⁵⁵ Henriques, 2000, pp. 58-59.

⁵⁶ Brásio, documentos de 1595, vol. III, 1953, pp. 521-522. Ver, também, Henriques, 2000, p. 59.

⁵⁷ Caldeira, 1999, p. 235.

⁵⁸ Henriques, 2000, p. 59.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Caldeira, 1999, p. 87.

⁶¹ Do mesmo modo se passou a chamar «gabões» aos escravos importados, maioritariamente, da região do Gabão no século XVIII.

roceiros⁶². A designação de «angolas» como, de início eram conhecidos, foi, certamente, uma forma de os distinguir dos outros negros e, em particular, dos escravos originários do golfo da Guiné a partir do século XVII⁶³.

Entretanto, a presença desses negros fugitivos «angolas» em São Tomé, tornou-se, provavelmente, um fator de inspiração das revoltas dos negros escravos das fazendas e colocava a ilha numa situação de enorme instabilidade com reflexos negativos no funcionamento da economia.

A designação de «angolares» para se referir aos descendentes dos antigos africanos fugitivos é recente e só surgiu no início do século XIX. Cunha Matos, através dos seus dois livros sobre São Tomé, foi quem mais contribuiu para a sua divulgação. Tudo indica que ele precisou daquela designação para enquadrar aquele grupo de negros que avistou na parte sul da ilha de São Tomé no início do século XIX. Ao contrário de o que afirma Cunha Matos, eles são descendentes remotos dos escravos fujões e não os descendentes dos sobreviventes dum tal naufrágio que, certamente, nunca existiu.

Partindo da presença desses negros, alguns escritores e políticos nacionalistas opinam que a ilha estava já habitada quando os portugueses lá chegaram. No século XIX, o regime colonial criou uma lenda chamada «angolares» para explicar a presença daqueles africanos no sul da ilha de São Tomé⁶⁴. Reproduzimos em baixo a foto de Simão Andreza, o último chefe angular, que as autoridades coloniais portuguesas transformaram em rei dos angolares para justificar a sua ideologia divisionista⁶⁵.

⁶² Caldeira, 1999, 87.

⁶³ Ver, Caldeira, 1999, p. 88.

⁶⁴ Henrique, 2000, 117.

⁶⁵ Idem.



Figura 9: A fotografia do (suposto) rei dos angolares, publicada por Almada Negreiros, 1895, pp. 298-299, retirada de Isabel Castro Henriques, 2000, p. 117.

3. A ORIGEM DA DESIGNAÇÃO ANGOLARES

Donde vem ou como surgiu o nome «angolares»? Tudo leva a crer que ainda no século XVIII, os negros do sul da ilha de São Tomé eram considerados, oficialmente, como “negros gentios” ou “negros Angola do Pico” e não “angolares”. Por exemplo, em 1798, o bispo Fr. Rafael de Castelo de Vide se referia a eles como “gentios” que viviam sem comunicação com o resto da população⁶⁶.

Tudo indica que os descendentes dos escravos fujões de primeira e mais gerações, nascidos nas matas, não cristianizados nem batizados e, por isso, distintos dos primeiros, escolheram os lugares mais inacessíveis do sul da ilha de São Tomé onde se fixaram e começaram a surgir mencionados na documentação do século XVIII como “angolares”, e foram identificados pelo então governador em 1803 como os “povos denominados angolares dispersos nas montanhas desta ilha”⁶⁷. Entretanto, a designação de *Ngola* ou

⁶⁶ Coelho, 1959, p. 39, citado em Caldeira, 2018, p. 127.

⁶⁷ AHU, Cons. Ultr., *São Tomé*, Cx. 35, n.º 31, Carta do gov. Franco de Castro para o visconde de Anadia, 17-11-1803, citado em Caldeira, 2018, p. 130.

Angolá, como ainda hoje se chamam a si próprios, que corresponde a «angolar» em português, pode ter surgido do interior do grupo nuclear⁶⁸, em que os membros assim se designavam, provavelmente por ser Angola a origem do grupo dominante. Mas foi com a divulgação dos escritos de Cunha Matos que a designação se espalhou e se consolidou até aos nossos dias.

Graças aos importantes estudos da linguística e da genética, realizados nas décadas mais recentes, foi possível concluir que os angolares são diferentes da restante população da ilha de São Tomé⁶⁹. Os especialistas afirmam que embora o idioma chamado angolar (ou Lunga Ngola ou simplesmente Ngola) tivesse a mesma origem dos restantes três outros idiomas do crioulo do golfo da Guiné (Santomense - ou forro; Lug'ie - Príncipe; e o Annobonense - Fa d'Ambô, falado no Ano Bom⁷⁰), possui uma componente lexical bantu, mais propriamente do Kimbundu, muitíssimo mais acentuada⁷¹, mas há entre eles a partilha de um número significativo de traços lexicais e sintáticos⁷². Abigail Tiny Cosme acrescenta que quer a nível do léxico básico quer o funcional, o idioma angolar é aquele que se apresenta mais distante das restantes línguas crioulas e do centro de traços partilhados⁷³. Estas singularidades particulares parecem colocar o núcleo dos “angolares” mais na origem de Angola ou de Congo, diferentemente do resto da população.

Por conseguinte, a narrativa inventada consistiu em atribuir a origem daqueles negros a um grupo de escravos que se escapou do naufrágio de um navio negreiro, ocorrido cerca de 1540, junto à costa na parte sul da ilha, perto de S. João, quando, na verdade, a ciência vem mostrar que eles são descendentes dos escravos fugitivos. Há bastantes documentos que provam a fuga para as matas. E como já foi dito, estudos recentes em linguística, história e genética confirmam que os angolares são descendentes dos escravos fugitivos⁷⁴.

⁶⁸ Almeida, 1962, p. 12 e Maurer, 1995, p. 194 e 254, citados em Caldeira, 2018, p. 134.

⁶⁹ Hagemeyer e Rocha, 2019. pp. 6-7 e 13 -14.

⁷⁰ Ano Bom foi uma colónia portuguesa até 1778, quando a perdeu para a coroa espanhola.

⁷¹ Hagemeyer e Rocha, 2019. Ver, também, Cosme, 2014, p. 38.

⁷² Cosme, 2014, p. 38.

⁷³ Cosme, 2014, p. 39.

⁷⁴ Caldeira, 2018. Seibert, 2004, p. 56.

Um tal grupo de negros do “pico” ou negros “Angola”, remetido às matas, só raramente promovia assaltos às fazendas, somente quando eram extremas as suas necessidades como, por exemplo, em 1693. Aos raros ataques, o governo e os fazendeiros passaram, então, a responder com incursões mais arrasadoras, como as realizadas em resposta punitiva ao ataque de 1693⁷⁵.

Na segunda metade do século XVIII, os ditos «angolares» seriam já um grupo isolado e reduzido, levando uma vida seminomadismo e atacava de vez em quando as fazendas mais próximas, levando, principalmente, as mulheres negras, sendo inexistentes as relações com os negros das fazendas. De acordo com a opinião oficial do regime colonial, os negros «angolares» foram afetados duramente por uma epidemia em 1789 e iniciaram os contactos com as autoridades coloniais que conduziram à sua integração gradual na sociedade colonial, mas mantêm até hoje os seus traços culturais de origem⁷⁶. Com a subordinação ao colonialismo, o grupo estabilizou-se e cresceu e um século depois atingiu dois mil elementos⁷⁷. Sobre a integração dos angolares na sociedade colonial, falaremos no próximo livro.

CONCLUSÃO

O arquipélago de São Tomé e Príncipe foi povoado pelos portugueses a partir de 1485 o que significa dizer que as ilhas estavam desertas quando foram descobertas pelos navegadores lusos no terceiro quartel do século XV. Por conseguinte, os primeiros habitantes dos matos são escravos fugitivos e os seus descendentes de várias gerações já nascidos nos matos. E são estes últimos que passaram a ser conhecidos por angolares, em resultado da origem remota dos primeiros fugitivos que povoaram os matos.

**

⁷⁵ Mantero, 1910, p. 7.

⁷⁶ Caldeira, 1999, p. 90.

⁷⁷ Almeida, 1962, p. 8, citado em Caldeira, 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, António de (1962), Da origem dos Angolares habitantes da Ilha de S. Tomé, Separata das “Memórias”. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Azevedo, Lucas Pereira de Araújo e (1992), Memórias da Ilha de São Tomé, introd. Celso Batista de Sousa, *Mare Liberum*, 4, dezembro.

Brásio, António (1953), Monumenta Missionária Africana. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, vol. III.

Caldeira, Arlindo (2018), “Do refúgio nos Picos da Ilha de São Tomé à Absorção Colonial: A Questão dos Angolares”, in BIBLOS – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Número 4, 2018 – 3ª Série. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Caldeira, Arlindo (2006), Relação do Descobrimento da ilha de São Tomé. Manuel do Rosário Pinto. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de História de Além-Mar.

Caldeira, Arlindo (1999), Mulheres, Sexualidade e Casamento em São Tomé e Príncipe (séculos XV-XVIII). Lisboa. Edições Cosmos. Ministério da Educação: Comemorações para os Descobrimentos Portugueses.

Coelho, P. M. Laranjo (1959), *O Bispo Missionário Fr. Rafael de Castelo de Vide*. Lisboa: Academia das Ciências.

Cosme, Abigail Tiny (2014), As Relações Filogenéticas entre os Crioulos do Golfo da Guiné. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de Linguística Geral e Românica.

Ferraz, Luís Ivens (1974), A Linguistic Appraisal of Angolar, in Memoriam António Jorge Dias II, Instituto de Alta Cultura, Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

Freyre, Gilberto (1953), Aventura e Rotina – Sugestões de uma viagem à procura dos constantes portugueses de carácter e acção. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/MEC 1980 (orig. 1953).

Galvão, Henrique e Selvagem, Carlos (1951), Império Ultramarino Português. Monografia do Império, vol. II. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Garfield, Robert (1992), A history of São Tomé Island 1470-1655. The key to Guinea. São Francisco: Mellen Research University Press.

Gonçalves, Manuel J. Sobral (1973), “Angolares Geographica”. Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa, vol. IX, n.º 34, 1973.

Hagemeijer, Tjerk e Rocha, Jorge (2019), “Creole languages and genes: the case of São Tomé and Príncipe”. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e CIBIO/InBIO: Centro de Investigação de Biodiversidade e Recursos Genéticos e Departamento de Biologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/31033?locale=en> (acesso em 03-09-2020).

Hagemeijer, Tjerk (2009), “As Línguas de S. Tomé e Príncipe”, in *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola* 1:1 (2009), 1-27.

Henriques, Isabel Castro (2000), São Tomé e Príncipe. A Invenção de Uma Sociedade. Lisboa: Vega.

O Jornal de São Tomé, N.º 7, p. 77, 4 de janeiro de 1916.

Lima, José J. Lopes de (1844), Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguezas no Ultramar. Das Ilhas de S. Thomé e Príncipe e sua Dependência. Livro II. Lisboa: Imprensa Nacional.

Lourenzino, Gerardo A. (1998), The Angolar Creole Portuguese of São Tomé: Its Grammar and Sociolinguistic History (tese de doutoramento inédita). The City University of New York.

Mantero, Francisco (1910), A mão-de-Obra em São Tomé e Príncipe. Lisboa.

Matos, R. José da Cunha (1963), Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África, (orig. 1836), Rio de Janeiro.

Maurer, Philippe (1995), L’angola: um creole afro-portugais parlé à São Tomé. Hamburgo: Helmut Buske Verlag.

Maurer, Philippe (1992), L’apport lexical bantu et angolar, Afrikanische Arbeitspapiere (AAP), n.º 29. 1992.

Nascimento, Augusto (2019), São Tomé e Príncipe. As Tramas da Política e a Emancipação do Saber Histórico. Lisboa: Banco Internacional de São Tomé e Príncipe.

Neves, Carlos e Ceita, Maria Nazaré de (2004), História de S. Tomé e Príncipe. S. Tomé.

Neves, Carlos (1977), “História de S. Tomé e Príncipe”, in *Revolução*, n.º 30, 21 de janeiro de 1977, p. 11, 14-15.

Pinheiro, Luís (2005), “O Arquipélago do Golfo da Guiné: Fernando Pó, São Tomé, Príncipe e Ano Bom”, in Artur Teodoro de Matos (coord.), *A Colonização Atlântica*, tomo 2, pp.237-283. Lisboa: Editorial Estampa.

Santos, Catarina Madeira (1996), A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI. *Studia*, n.º 54/55, 1996.

Seibert, Gerhard (2004), Os angolares da ilha de São Tomé. Náufragos, Autóctones ou Quilombolas?, in *Textos de História*, vol. 12, n.º 1/2, 2004, pp. 43-64.

Seibert, Gerhard (2001), *Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Veja.

Seibert, Gerhard (1995), “A política num micro-Estado: São Tomé e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na génese dos partidos políticos”. *Lusotopie. Enjeux contemporains dans les espaces lusophones*. “Transitions libérales en Afrique lusophone”, pp. 239-250. Paris: Éditions Karthala.

Tenreiro, Francisco (1961), *A ilha de São Tomé*. Lisboa: Memórias de Junta de Investigações do Ultramar, n.º 24.

Vansina, Jan (1996), “Quilombos on São Tomé, or in Search of Original Sources”, *History in Africa* 23 (1996) 457.

Vasconcellos, Ernesto (1918), *Colónias Portuguesas. São Tomé e Príncipe. Estudo Elementar de Geografia Física, Económica e Política*. Lisboa.